

## **Políticas públicas para el campo de la educación superior: elementos para una universidad socialmente responsable**

### ***Políticas públicas voltadas para a educação superior do campo: referências para uma universidade socialmente responsável.***

Dr.C Márcia Mariana Bittencourt Brito <sup>I</sup>, Dr.C Salomão Mufarrej Hage <sup>II</sup>

<sup>I</sup> Belém - Pará -Brasil.

Correo electrónico: [marciamarianabittencourt@gmail.com](mailto:marciamarianabittencourt@gmail.com)

<sup>II</sup> Belém - Pará -Brasil.

Correo electrónico: [asalomao\\_hage@yahoo.com.br](mailto:asalomao_hage@yahoo.com.br)

Recibido: 22 de julio de 2014

Aceptado: 29 de octubre de 2014

---

#### **Resumo:**

O artigo analisa a relação entre Estado, Sociedade e Universidade presente nas universidades públicas brasileiras para o acesso das populações do campo à Educação Superior. Nossas reflexões pautam-se nos referenciais teóricos Gramscianos apresentados no texto como: Sociedade Civil, Sociedade Política, Guerra de posição e hegemonia, resultante das análises de uma tese de doutorado e uma dissertação de mestrado que analisaram as políticas públicas educacionais no Estado Brasileiro. Os procedimentos metodológicos do estudo fundamentaram-se na revisão de literatura sobre as teorias Gramscianas e no levantamento e análise documental que reuniu documentos, leis, projetos referente a implantação da Educação Superior do Campo no Brasil. Os resultados evidenciam que as Universidades Brasileiras ainda necessitam ampliar a política de acesso dos estudantes do campo, fortalecer as políticas de permanência e consolidar a gestão democrática sobretudo no âmbito da relação: Universidade - Estado - Sociedade Civil. Nossa intensão é contribuir com a reflexão teórica e ampliar o debate e as bases para solidificação das políticas públicas educacionais brasileiras, sobretudo no contexto amazônico.

**Abstract:**

The article analyses the relationship among State, Society and University presents in the Brazilian public universities for access of rural populations to higher education. Our thoughts are based in Gramsci theoretical references presented in the text as: Civil Society, Political Society, war of position and hegemony, resultant of the analyses from a doctoral thesis and a master thesis that analyze public educational policies in the Brazilian State. The methodological procedures of the study based on literature review on Gramsci theory, the survey and documental analysis that gathered documents, laws, projects for the implementation of the higher education in rural areas in Brazil. The results show that the Brazilian Universities still need to expand the access policy for students from the countryside, strengthen policies to remain and consolidate democratic management particularly within the relationship: University - State - Civil Society. Our intention is to contribute to the theoretical reflection and broaden the debate and the basis for solidifying Brazilian educational policies, especially in the Amazon region.

**Resumen**

El artículo analiza la relación entre estado, Sociedad y Universidad presente en las universidades públicas brasileñas con acceso a las poblaciones de campo, a la educación superior. Nuestros pensamientos Gramscianos están fundamentados en referentes teóricos presentados en el texto como: sociedad civil, sociedad política, guerra de posición y hegemonía, fruto de los análisis de una tesis doctoral y una tesis de maestría que tenía su base teórica, en las afirmaciones de Antonio Gramsci para analizar las políticas educativas públicas en el estado brasileño. Revisando los procedimientos metodológicos del estudio sobre la base de la literatura sobre las teorías Gramscianas, en el estudio y análisis documental se reunieron documentos, leyes, proyectos para la implementación del campo de la educación superior en Brasil. Los resultados muestran que las universidades brasileñas todavía necesitan ampliar la política de acceso del alumnado, fortalecer las políticas de permanencia y consolidar la gestión democrática particularmente en la relación Universidad- Estado- Sociedad Civil. Nuestra intención es contribuir a la reflexión teórica y ampliar el debate y las bases para la solidificación del contexto de las políticas públicas educativas, especialmente en la Amazonia brasileña.

**Palavras-Chave:**

Educação Superior – Políticas Públicas – Educação do Campo – Estado

**Key Words:**

Higher Education – Public policy – Rural Education – State.

**Palabras clave:**

Educación Superior - Política Pública - Educación Rural - Estado

## **Introdução.**

Este trabalho tem por objetivo reunir os fundamentos teóricos reunidos em uma tese de doutorado e uma dissertação de mestrado em relação às concepções teóricas de Antônio Gramsci como fundamento para a compreensão das políticas públicas educacionais brasileiras. O acesso às Universidades no Brasil dentro do seu desenvolvimento histórico e social foi marcado pela exclusão da maioria e o privilégio de uma pequena minoria.

Na primeira seção trabalhamos a realidade educacional brasileira quanto ao acesso à Educação Superior e os desafios entre o público e o privado. Na segunda seção apresentamos os elementos Gramscianos que fundamentam as reflexões em torno do acesso das populações do campo à Universidade Pública e na terceira seção concluímos que o acesso das populações do campo, sobretudo, no que concerne ao nível da educação superior e os desafios para uma universidade socialmente responsável.

## **1. Desenvolvimento o acesso à universidade pública no contexto brasileiro**

A Educação Superior tem sido amplamente debatida, em todo o Brasil, através de pesquisas e estatísticas que versam sobre a expansão da oferta desse nível de Ensino, pela autorização de funcionamento de novas instituições, pelo crescimento do setor privado, juntamente com a transferência de recursos financeiros para o acesso e a permanência dos estudantes nessas instituições, pelas novas formas de acesso às Universidades, sua nova reconfiguração e modelo adotado, muitas vezes ligado à precarização do trabalho docente, com exaustiva jornada de trabalho e falta de remuneração compatível com o exercício da profissão.

Para Silva Junior (2001) a nova lógica “é parte do intenso processo de reformas, no interior de um radical movimento de transformações político-econômicas em nível mundial, com profundas repercussões no Brasil” (SILVA JUNIOR, 2001, p.271). Essas constatações são conseqüências da reforma do Aparelho do Estado Brasileiro<sup>1</sup>, comandada por Bresser-Pereira<sup>2</sup>, nos anos 1990, tendo continuidade nos sucessivos governos e que continha como foco de mudança, essencialmente, a transferência dos setores sociais para os serviços não exclusivos do Estado.

---

<sup>1</sup> A reforma pode ser acessada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, disponível em

<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>

<sup>2</sup> Luiz Carlos Bresser-Pereira é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, onde ensina economia, teoria política e teoria social. No governo de Fernando Henrique Cardoso, foi Ministro da Administração e Reforma do Estado (1995-1998), quando iniciou a Reforma da Gestão Pública, em 1995. Ver <http://www.bresserpereira.org.br/curric/2.Biograf-2pag.pdf>

Esses setores seriam compostos por Universidades, Escolas Técnicas, centros de pesquisa, hospitais e museus. Ressalta-se que nesse momento o Brasil presenciou o crescimento do serviço público não estatal, ou seja, “operando na área de oferta de serviços de educação, saúde e cultura com o financiamento do Estado” (BRESSER-PEREIRA, 1999, p.16), o que favoreceu o crescimento das Organizações Não-Governamentais e das entidades privadas.

Como conseqüência dessa reforma para a Educação Superior, houve uma diluição das barreiras entre as esferas públicas e privadas. Diante disso, o processo tem resultado na privatização desse nível de ensino, ou seja, numa significativa interferência da lógica privada no interior de instituições públicas, sendo fortalecida a partir de medidas e ações adotadas após a Reforma do Estado<sup>3</sup>. Sob essa lógica, Chaves (2011) revela que o número de Instituições de Ensino Superior privadas apresentou um crescimento de 191% no período de 1996 a 2009, sendo que, nesse último ano, o setor concentrou 75% das matrículas e 88,7% das Instituições de Ensino Superior.

O crescimento do setor privado aponta que o Brasil está conseguindo se desenvolver dentro do sistema capitalista, chegando, em 2012, à 6ª Economia mundial<sup>4</sup> e, desta forma, é alvo de muitas disputas internas e externas, nas quais as tensões e os conflitos em relação ao espaço social, político e econômico e aos seus recursos naturais são alvos fundamentais para a continuidade deste desenvolvimento, pelas questões energéticas, agrárias ou sociais, resultantes de nosso extenso território e riquezas naturais.

No entanto, esse crescimento econômico não foi acompanhado pelas melhorias em torno dos índices sociais. O diagnóstico realizado para a elaboração do último Plano Nacional de Educação (2001-2010), aprovado pela Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, aponta que menos de 12% da população entre 18 e 24 anos tinham acesso à Educação Superior e, se comparado aos outros países da América Latina, está abaixo da Argentina, que, no mesmo período, atingia a marca de 40% de jovens nessa faixa etária na Educação Superior, assim como do Chile (20,6%), da Venezuela (26%) e da Bolívia (20,6%) (BRASIL, 2001).

Apesar dessa constatação, os órgãos oficiais brasileiros apontam para uma melhoria, em torno das estatísticas de escolaridade da população brasileira. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE<sup>5</sup> indica que o nível de instrução da população aumentou. Na população de 10 anos ou mais de idade, de 2000 para 2010, o percentual de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto caiu de 65,1% para 50,2%; já o de pessoas com pelo menos o curso superior completo aumentou de 4,4% para 7,9%.

---

<sup>3</sup> Apontamos, como medidas que fortaleceram a relação, a Lei nº 11.079/2004, que estabelece as normas de Parceria Público-Privada, bem como a regulamentação das fundações de apoio privadas para atuarem no interior de IES públicas.

<sup>4</sup> <http://www.cartacapital.com.br/economia/brasil-sexta-economia-do-mundo/>, acesso em 30 de abril de 2012

<sup>5</sup> <http://www.ibge.gov.br/home/>

Esses dados são alarmantes, pois se, de um lado, revelam o crescimento, que é ínfimo, diante da necessidade de melhoria social de um país economicamente em desenvolvimento, de outro deixam claro que cerca de 50% das crianças e dos adolescentes brasileiros não tinham instrução nesse período recente da história brasileira.

Esses índices alarmantes na Educação Básica são desdobrados quando analisamos os níveis mais elevados da educação, pois apenas 7,9%, ou seja, menos de 10% da população brasileira, tinham o ensino superior nesse mesmo período, o que implicar dizer que há um crescimento resultante das políticas públicas adotadas, porém o desafio ainda é muito grande para alcançar resultados positivos para a maioria da população brasileira.

Esses dados representam o resultado de ações governamentais e mundiais em torno da Educação, uma vez que a privatização, sobretudo da educação superior, não é uma exclusividade do Brasil. Haddad (2008) nos leva a compreensão de que esse é o impacto nas políticas educacionais, nascido principalmente da necessidade de consolidação de hegemonia e liberalização do mercado, por meio de regras e medidas regulatórias protecionistas dos países desenvolvidos sobre os em desenvolvimento, que atualmente são organizados em grupos, segundo sua condição econômica na esfera mundial.

Nesse contexto, destaca-se, "a prevalência da lógica financeira sobre a lógica social e educacional", pois a educação brasileira, sobretudo, no nível da Educação Superior, está vinculada economicamente à influência dos organismos multilaterais, que exercem um papel fundamental no cenário da educação, a exemplo disso temos o caso do Banco Mundial, a cooperação técnica e financeira com o Brasil teve seu início na primeira metade da década de 1970, e sua presença foi marcada pelas diversas dinâmicas produzidas por seus empréstimos e sua influência política. Em 1996, já se discutia o papel estratégico do Banco mundial ao influenciar as políticas educacionais naquele momento conjuntural em que as políticas neoliberais ganhavam fôlego (HADDAD, 2008, p.11).

O Brasil tem conseguido se ajustar à lógica neoliberal<sup>6</sup>, que, segundo Anderson (1996), veio alcançando, no decorrer dos anos, sua hegemonia, em termos de ideologia. No entanto, as contradições desse período histórico são claras e se acentuam ao mesmo tempo em que cresce a dinâmica de ajustes nas relações econômicas, sociais e políticas. Nessa mesma lógica, crescem, também, as contradições, a resistência, as lutas de classe, de setores e da opinião pública.

---

<sup>6</sup> Estado forte em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas.

A privatização da Educação Superior tem apresentado muitas contradições no cenário da oferta desse nível no Brasil, acreditamos que uma delas merece um destaque especial – a democratização, ao se abordar essa categoria dentro do tema Educação Superior no país, dois aspectos são importantes para início da reflexão: trata-se da ampliação do acesso a esse nível de ensino e da formação com qualidade que ele deve possibilitar. Esses aspectos constituem-se em grandes desafios enfrentados pela Educação Superior na sociedade contemporânea, em particular nos países em desenvolvimento, como no caso do Brasil (BITTAR, FARIA, HAGE, 2012, p.165).

Os autores em questão analisam a democratização da Educação Superior, priorizando três aspectos significativos: a) o processo de expansão e ampliação do acesso; b) a diferença da oferta; e c) as políticas de ação afirmativa e inclusão social. Dessa forma, para compreendermos a Educação Superior do Campo, será necessário compreender em qual desses três aspectos ela se insere.

O Censo da Educação Superior 2010<sup>7</sup> aponta para o aumento do número de vagas e de instituições de ensino superior privado. No entanto, segundo os dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios – PNAD, o Brasil apresentou 22,6% da sua população<sup>8</sup> vivendo com meio salário mínimo, representando uma contradição que a população tenha acesso aos níveis mais elevados de educação pagando por ela.

Os dados do Censo apontam que a ampliação do acesso à Educação Superior tem ocorrido por meio do setor privado, que concentra, no ano de 2010, 2.100 instituições de ensino superior, em detrimento do setor público que possui 287 instituições.

Assim como o setor privado concentra a maioria das instituições de ensino superior do País, também o governo federal incentiva a ampliação desse acesso através de bolsas do Programa Universidades para Todos – PROUNI e do Financiamento Estudantil – FIES. Nesse último, os estudantes se comprometem com a dívida gerada pelo valor do curso, para realizar o pagamento após o término do mesmo.

Essa prática do governo vem ao encontro do que aponta Haddad (2008), quando afirma que a lógica neoliberal requer, sob o ponto de vista desse autor, que os cidadãos sejam responsáveis pelas adoções das medidas macroeconômicas por eles assumidas.

De encontro à essa lógica professores, estudantes, movimentos sociais e representantes do estado, se unem para enfrentar a falta de acesso, à precarização que veio fazendo com que as universidades públicas brasileira se transformassem em espaços privados e de acesso à elite da sociedade.

---

<sup>7</sup> Disponível em [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br)

<sup>8</sup> Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?idnoticia=1476eid](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?idnoticia=1476eid), acesso em 02 de junho de 2012.

Para Hage (2000) as políticas educacionais brasileiras vivenciam intensos embates, seja no âmbito político partidário ou de disputa social, dos que apoiam o projeto de abertura ao mercado internacional e dos que não apoiam, seja dos que aceitam e precisam se ajustar à lógica empreendida pelo mercado e dos que estão caminhando na contramão dessa lógica. Dentro dessa perspectiva, há necessidade, não só da participação e do controle social permanente, que é a forma mais comum de participação da sociedade, mas também de formulação de processos que possam permear uma nova lógica.

Neto e Castro (2011) apresentam a supremacia da iniciativa privada na expansão do ensino superior e traduzem o que diz o Banco Mundial, no documento intitulado *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia (1995)*, constatando que a expansão do ensino superior, em instituições não universitárias públicas e privadas, tem aumentado, mais rapidamente que nas instituições tradicionais. A principal vantagem dessas instituições, segundo o banco, reside no menor custo dos programas, resultante de cursos mais breves. A instituição argumenta, ainda, que nesses cursos as taxas de evasão e gasto anual por estudante são mais baixos (NETO e CASTRO, 2011, p.20).

Esse documento aponta que, por investirem em baixo custo, as instituições privadas representam um elemento importante nos países em desenvolvimento, pois, além de ampliar as possibilidades educacionais, apresentam pouco ou quase nenhum custo para o Estado. De acordo com os índices trazidos nesse texto, a reforma do aparelho estatal repercutiu o efeito esperado, no âmbito do acesso à Educação Superior.

No entanto, nossa intenção é apresentar o cenário atual e a lógica adotada pela sociedade civil, no sentido de contrapor a essa dinâmica neoliberal, criando condições que permitam o acesso a esse nível de ensino, pelas pessoas que não possuem condições de fazer um investimento pessoal, mas que têm direito ao acesso. É necessário pensar processos de acesso à Educação Superior para os grupos que historicamente foram excluídos desse nível de ensino.

Na tentativa de compreender a Educação Superior do Campo, buscamos compreender alguns conceitos da sociedade brasileira sob à ótica das resistências ao modelo da sociedade capitalista. Para isso, fundamentamos nossas análises nas contribuições de Antonio Gramsci<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Antonio Gramsci é o fundador do Partido Comunista da Itália, nasceu em 23 de janeiro de 1891 e morreu em 27 de abril de 1937. A relevância de sua obra pode ser encontrada em *O materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce*; o escrito sobre Maquiavel; *Os intelectuais e a organização da cultura*; *Literatura e vida nacional*; um comentário sobre o Canto x do *Inferno* de Dante. Um resumo de sua vida, obra e importância política e social pode ser encontrado em <http://www.acesa.com/gramsci>.

## 2. A educação superior do campo e os fundamentos gramscianos para uma universidade pública responsável: da guerra de posição ao conceito de estado ampliado.

Para Hage (2000) há um processo de luta pela conquista da hegemonia no interior da sociedade, reconhecendo a instituição escola, como um elemento estratégico que a educação e especificamente a escola tem assumido como espaço de desenvolvimento e implementação de políticas e práticas culturais no interior da sociedade, sobretudo atualmente, neste contexto de desenvolvimento tecnológico que a sociedade contemporânea tem experienciado, em que a articulação "Poder – Conhecimento" se torna cada vez mais determinante.

Para Gramsci a hegemonia constitui-se num momento específico do desenvolvimento das relações sociais em que uma constelação de forças sociais assume a liderança na definição da agenda histórica da sociedade, ao envolver os interesses de outros grupos subordinados e conquistar um nível substancial de consenso popular, tornando possível a "propagação", por um tempo, de uma disposição coletiva intelectual, moral, política e econômica em toda a sociedade<sup>10</sup>. Hage (2000) compara a disputa pelo projeto político educacional brasileiro à Guerra de posição O que realmente conta nesta "guerra de posição" não é o avanço sobre a "trincheira do inimigo", sobre seu exército ou território, mas uma conquista sobre toda a estrutura da sociedade, incluindo o Estado e as instituições da sociedade civil<sup>11</sup> (HAGE, 2000, pág.23).

Dessa forma é necessário compreender a concepção de Estado Brasileiro, no Brasil, o Estado contemporâneo é o **Estado de Direito**, definido na Constituição Federal de 1988<sup>12</sup> e que está representado fundamentalmente pela liberdade pessoal, política e econômica. Nele estão inclusos: os direitos políticos, entre outros, de votar, ser votado, constituir associações; os direitos civis, como de ir e vir e de liberdade de expressão; os direitos sociais – direito à saúde, à educação, ao trabalho; os direitos naturais, ou seja, aqueles que se constituem nas condições básicas para viver; e os direitos difusos, dentre os quais se pode destacar o meio ambiente saudável e o espaço público.

---

<sup>10</sup> As reflexões sobre a hegemonia e produção de um senso comum alinhado aos interesses hegemônicos na sociedade encontram-se fundamentados em GRAMSCI, Selections for the Prison Notebooks, 1991; HALL, Stuart. Gramsci Relevance for the Study of Race and Ethnicity. IN: Critical Dialogues in Cultural studies. 1996.

<sup>11</sup> As considerações sobre este processo de transição de uma "guerra de movimento" para uma "Guerra de posição", característico dos conflitos culturais contemporâneos, encontram sua fundamentação em uma das teses fundamentais de GRAMSCI: a teoria ampliada do Estado, que pode ser encontrada em: GRAMSCI, Selections for the Prison Notebooks, 1971; como também em HALL, S. Gramsci Relevance for the Study of Race and Ethnicity, 1996; e COUTINHO, C. N. As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira, 1985.

<sup>12</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm), acesso em 29 de maio de 2012

O Estado em Gramsci não é sujeito nem objeto, mas sim uma relação social, ou melhor, a condensação das relações presentes numa dada sociedade. Sob tal ótica, ele recupera definições marxistas clássicas, porém as redefine, recriando um conceito de Estado que denomina de Estado ampliado – isso porque estão incorporadas nele tanto a sociedade civil quanto a sociedade política, em permanente inter-relação. A sociedade civil compreende o conjunto dos agentes sociais, associados nos chamados aparelhos privados de hegemonia, cernes da ação política consciente, e organizados pelos intelectuais orgânicos de uma classe ou fração, visando obter determinados objetivos (MENDONÇA, 2012, p.352).

Nesse contexto, adotamos as concepções de **Hegemonia, Sociedade Civil, Sociedade Política e Estado Ampliado**, concebidos por Antônio Gramsci e fundamentais para analisar a Educação Superior do Campo.

Para Gramsci, a **hegemonia** se conquista pela criação e pela disseminação de uma verdadeira “ideologia orgânica” por toda sociedade, capaz de forjar uma nova forma de “disposição popular” que reconheça a autoridade social e moral do grupo que lidera; o ataque ao senso comum da população, através da implementação de uma política cultural alinhada aos interesses específicos dos grupos e/ou de suas alianças. Para Gramsci, a luta pela hegemonia, implica uma ação que, voltada para efetivação de um resultado objetivo no plano social, pressupõe a construção de um universo, intersubjetivo de crenças e valores. Por outro lado articula-se explicitamente com a obtenção do consenso, distinguindo assim da *coerção* enquanto meio de determinar a ação dos homens (COUTINHO, 1989, p.67).

Dessa forma, hegemonia significa expressar sua dominação; ser capaz de construir e impor aos demais, através do consenso, a sua direção intelectual e moral (incluindo a esfera cultural). Neste cenário, há uma guerra de posições (de visões sociais de mundo – luta entre interesses de classes sociais antagônicas), enfatizando a necessidade de se construir processual, gradual e lentamente espaços e conquistas (hegemonia) na sociedade civil.

Com base na concepção de Gramsci, a hegemonia pode ser compreendida na forma pela qual a classe dominante utiliza os conceitos para manter o consenso na sociedade e mantém seu domínio sobre ela, através do convencimento. Dessa forma, o conjunto de conceitos que a sociedade civil utiliza na atualidade são instrumentos altamente aliados para manter seu poder.

Nesse sentido, é necessário compreender que a **sociedade civil** é formada por um conjunto de instituições responsáveis pela representação de diferentes tipos de interesses (interesses “privados”, de grupos e/ou segmentos particulares comprometidos com a manutenção ou a ruptura da ordem). Nesse sentido a sociedade civil é formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e ou difusão de suas ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 1989, p.76).

A sociedade civil é, portanto, componente essencial do Estado, sendo ela elemento fundamental para conservar ou promover uma determinada base econômica. E, para compreender o Estado em Gramsci, é necessário compreender juntamente com a sociedade civil a **sociedade política**, que Gramsci chama de "Estado em sentido estrito", ou seja, é formada Pelo conjunto dos mecanismos através do qual a classe dominante mantém o "monopólio legal" da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executivas e policial-militar (COUTINHO, 1989, p.76).

Trata-se, portanto, de uma dimensão marcada pela coerção, pela imposição, pelo uso da força e da violência, quando necessárias. Dessa forma, se compreende que a **Teoria Ampliada do Estado**, em Gramsci, compõe-se na relação entre a sociedade política e a sociedade civil, ou seja, é formada pela hegemonia conquistada ao mesmo tempo pela coerção e pelo consenso.

A correlação de forças, denominada por Gramsci como "Estado Ampliado", pode servir tanto para manter quanto também para transformar as relações sociais de acordo com os interesses da classe hegemônica. As classes sociais lutam por hegemonia, ou seja, lutam para conquistar aliados para seus projetos e construir, neste cenário, um consenso e uma direção comum.

Coutinho (1989) explica a recepção das obras de Gramsci no Brasil com o declínio da ditadura militar (1964 -1985) e a crise da esquerda tradicional. As obras de Gramsci superaram as fronteiras das universidades, e alguns de seus conceitos fundamentais, como o de "sociedade civil", são cada vez mais utilizados em análises políticas e historiográficas publicadas no Brasil por autores comunistas, sociais-democratas, cristãos progressistas e até mesmo liberais.

Podemos assim dizer que Gramsci conquistou um espaço próprio na vida intelectual brasileira, tornando-se uma força viva e um ponto obrigatório de referência, no complexo processo de renovação teórica e política que hoje envolve a esquerda brasileira (COUTINHO, 1989, p.120).

As teorias relacionadas aqui são fundamentais para explicar a realidade brasileira, que hoje tem de um lado o Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), mas, de outro, vivencia sua correlação de forças com movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos, entre tantas outras organizações.

Daí a relação e os fundamentos que queremos fazer com a Educação Superior do Campo, que tem sido impulsionada, sobretudo, pelos movimentos sociais na luta pelos direitos que têm se consolidado e se afirmado, em um processo de resistência em defesa dos interesses dos que nem sempre são "minorias", mas são excluídos das tomadas de decisões, do lugar em que vivem.

Com os povos do campo, no contexto da Educação Superior, vimos nascer uma luta contra-hegemônica, que tem pautado na sociedade uma nova lógica, pois o acesso à Universidade tem sido diferenciado, os cursos trazem inovações nas propostas pedagógicas, e o objetivo final não é somente a qualificação para o mundo do trabalho, mas a melhoria e o desenvolvimento do local em que as pessoas vivem.

Assim, a **Teoria do Estado Ampliado**, em Gramsci, nos fez compreender as bases da política da Educação Superior do Campo como algo que só pode ser tangível, alcançado sob o aspecto não só da divisão e da coexistência entre sociedade política e sociedade civil, mas na garantia dos direitos sociais, pois atende a necessidade de um povo que há anos se desloca do seu local de moradia e migra para as grandes cidades em busca de melhoria de vida.

Na próxima seção apresentaremos como tem se dado a implantação da Educação Superior do Campo no Brasil e a importância dos movimentos sociais na garantia de direitos e no acesso à esse nível de ensino.

### **3. Considerações conclusivas acerca da educação superior do campo: por uma universidade socialmente responsável.**

No Brasil existe um Movimento por Uma Educação do Campo que vem lutando pela educação básica de qualidade, para as escolas do campo, pela infraestrutura, pela formação de professores, inicialmente a luta se deu pela Educação Básica, mas logo também chegou às políticas de acesso e permanência na Educação Superior. O protagonismo dos movimentos sociais junto às universidades materializaram um cenário e que mais do que uma reivindicação passou a ser uma realidade presente na maioria das instituições de ensino do País.

Podemos afirmar que o início desse acesso se deu pelos cursos do PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e, em seguida, com foco específico para a formação de professores, através do PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo. Para efeito de foco da pesquisa analisamos esses programas na Universidade Federal do Pará que nos permitiu confirmar a nossa opção em analisar o estado brasileiro pautado na concepção de estado em Gramsci, surgindo dentro da configuração do Estado Ampliado.

Uma vez que os cursos e os projetos pedagógicos foram implementados contando com a parceria da Universidade, do Estado, através do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e dos Movimentos Sociais com participação ativa do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Essa parceria foi consolidada através do Decreto 7.352, de 04 de novembro de 2010, que estabelece as ações concretas entre Universidade e Sociedade Civil para implantação da Política de Educação do Campo.

Constatou-se, através da investigação sobre os documentos, que a participação da sociedade civil, dos movimentos sociais e do Estado vem, ao longo desses últimos 15(quinze) anos, a partir da criação do PRONERA em 1998, estabelecendo uma gestão em parceria referente à materialização dos cursos da Educação Superior do Campo. No entanto, essa participação se efetiva, em geral, até o momento da criação dos cursos, uma vez que a permanência dos estudantes depende da organização da universidade, que nem sempre possui o suporte para organizar os cursos dentro das diretrizes da Educação do Campo.

Geralmente as políticas educacionais brasileiras têm sido proposição do governo, porém, com a Educação Superior do Campo isso nem sempre ocorreu dessa maneira. Elas foram elaboradas a partir da necessidade da sociedade, dos movimentos sociais e pela sensibilização de professores e educadores que juntos vêm emandando a criação de programas que enfrentem e atendam as necessidades e os direitos sociais das populações do campo, que historicamente tem ficado à margem das políticas públicas ou tem sido invisibilizada por elas.

O Banco Mundial e as ações de políticas materializadas através de programas têm desdobrado suas ações, sobretudo na política educacional brasileira, através do Ministério da Educação, que cria os programas, lança-os e os divulga para a sociedade, na tentativa de equiparar ou reparar os atrasos produzidos pelo capital nos países em desenvolvimento. O Brasil encontra-se nesse estágio e, para se desenvolver ainda mais, se adéqua a todas as políticas econômicas e sociais advindas desse modelo.

No entanto, para Saviani, a "equidade é a categoria central das políticas sociais de um modo geral e, especificamente, da política educacional, sob a hegemonia da orientação política correntemente chamada de neoliberalismo" (2000, p.56). E, nesse sentido, as políticas de acesso à educação como uma forma de reparação têm sido criticadas, pois não democratizam e nem universalizam os direitos sociais.

O Banco Mundial<sup>13</sup> analisa a realidade brasileira que apresenta diferenças regionais extremas, embora tenha alcançado indicadores e avanços econômicos, no período de 2001 a 2009, com relação à taxa de crescimento entre os mais pobres e os mais ricos, conforme indicadores apontados pelo banco. No entanto, afirma que o setor da educação ainda luta pelas melhorias da qualidade educacional, especialmente nos níveis básico e secundário.

Dessa forma, não podemos afirmar que a Educação Superior do Campo no Brasil não é parte de uma política de equidade sugerida pelo Banco Mundial, pois ela é fruto das disputas no âmbito do Estado Ampliado Brasileiro. Ela é resultante do intenso processo de disputa na ampliação do direito da população brasileira por uma Educação de qualidade, pautada em um ideário de qualidade, democracia e igualdade para todos com total referência aos povos do campo que tem sido excluído das políticas públicas brasileiras.

---

<sup>13</sup> Informações sobre o Brasil a partir do Banco Mundial, disponível em <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>, acesso em 19 de abril de 2013.

## **Referência Bibliográficas**

1. Banco Mundial, documento intitulado La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia, 1995. Disponível em <http://firgoa.usc.es/drupal/files/010-1344Sp.pdf>
2. BANK, the word. Informações sobre o Brasil a partir do Banco Mundial, disponível em <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>, acesso em 19 de abril de 2013.  
BITTAR, Mariluce; FARIA, Sidinea Cândida; HAGE, Salomão Mufarrej. Democratização da Educação Superior no Brasil: Discutindo o conceito. In: MACEBO, Deise; BITTAR, Mariluce; JACOB, Vera Lúcia (Org.). Educação Superior: Expansão e Reformas Educativas. Maringá: Eduem, 2012.
3. BRASIL, Censo da Educação Superior, Disponível em [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br) , acesso em 15 de agosto de 2014
4. BRASIL, Constituição Federal de 1988, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)
5. BRASIL, Lei 10.172/01. Plano Nacional de Educação 2000-2010, disponível em <http://portal.mec.gov.br/legislações>.
6. BRASIL, Pesquisa por Amostra de Domicílios – PNAD . Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?idnoticia=1476eid](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?idnoticia=1476eid), acesso em 02 de junho de 2012.
7. BRASIL, Presidência da República. Lei 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, 2010
8. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos e GRAU, Nuria Cunill. O público não estatal. In: Bresser-Pereira, L.C. e GRAU, Nuria Cunill (orgs.). O Público Não-Estatal na Reforma do Estado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p.15-48, disponível em <http://bresserpereira.org.br/papers/1998/84PublicoNaoEstataRefEst.p.pg.pdf>, acesso em 27 de junho de 2012
9. CHAVES, Vera Lucia Jacob. Reforma do Estado e reconfiguração da educação superior no Brasil – Tensões ente o público e o privado. In: CABRITO, Belmiro Gil; CHAVES, Vera Lúcia Jacob (Orgs.). Políticas de acesso e financiamento da Educação Superior no Brasil e em Portugal, tendências actuais. Lisboa: Educa Coleção Organizações Portugal, 2011.
10. COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
11. GRAMSCI, Antônio. Selections for the Prison Notebooks, EleckBook, 1991, disponível em <http://www.walkingbutterfly.com/wp-content/uploads/2010/12/gramsci-prison-notebooks-vol1.pdf>

12. HADDAD, Sérgio (Org.). O Banco Mundial, OMC, e FMI: O impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008. 214p. [http://www.ufpa.br/ciac/arquivos/Relatorio20Anual202011\\_CIAC.pdf](http://www.ufpa.br/ciac/arquivos/Relatorio20Anual202011_CIAC.pdf), acesso em 25 de maio de 2011.
13. HAGE, Salomão. Guerra cultural pela escola no Brasil: a disputa pela direção do plano nacional de educação (1988-1999). Tese doutorado. USP, 2000.
14. HALL, Stuart. Gramsci Relevance for the Study of Race and Ethnicity. IN: Critical Dialogues in Cultural studies. 1996
15. MENDONÇA, Sonia Regina de. Conceito de Estado. In Dicionário da Educação do Campo. Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. –Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.
16. NETO, Antônio Cabral e CASTRO, Alda Araújo. A Supremacia da iniciativa privada na expansão do ensino superior: Realidade Brasileira e repercussões no RN. In. Política de expansão da educação superior no Brasil: Democratização as avessas. Xamã.São Paulo, 2011.
17. PERRY, Anderson. A crise do marxismo. Editora Brasiliense , 1985.
18. SAVIANNI, Demerval. Da Nova LDB ao Plano Nacional de Educação: Por uma outra Política Educacional. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
19. SILVA JR., João dos Reis. Estratégias e ações governamentais para a reconfiguração do Estado e da Educação Superior. In: SILVA JR., João dos Reis; SGUISSARDI, Waldemar (Orgs.). Novas Faces da Educação Superior no Brasil. Reforma do Estado e Mudanças na Produção. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

**Autor:**

**Márcia Mariana Bittencourt Brito**

Pedagoga, Especialista em Educação Superior, Mestre em Educação (UFPA), Doutoranda em Educação (UNB), técnica em Educação na Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-PA). Belém - Pará -Brasil.

**Salomão Mufarrej Hage**

Doutor em Educação pela PUC/SP com Doutorado Sanduíche pela Universidade de Wisconsin-Madison. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia. Belém - Pará -Brasil.

